

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 1.º de agosto de 2022 - Ata n.º 75.

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **75.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 74, de 26 de julho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente, há expediente a ser lido e vou fazê-lo.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º 848/2022 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 367/2022), que altera o inciso VI e o parágrafo único do art. 2.º da Lei n.º 12.241/98 – Lei FUEMPPR/ Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências; Ofício n.º 133022/2022 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1588/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício n.º 380/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022, de autoria da Defensoria Pública. Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos para o presente momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, peço a atenção, por favor. Peço a atenção de todos os Sr.^s Deputados e Deputadas. Senhores Deputados e Deputadas, hoje pela manhã promovemos uma reunião no Gabinete da Presidência com a maioria absoluta dos Sr.^s Deputados, onde em colegiado tomamos uma decisão. Na sequência, farei a leitura de uma nota que foi elaborada com a concordância dos Deputados presentes. Posteriormente a isso, reunimo-nos também na sala da Presidência com diversas entidades do setor produtivo do Paraná, entre elas Crea, IEP, que é Instituto de Engenharia do Paraná, Fiep, Faep, Associação de Engenheiros Agrônomos, ambientalistas, onde foi feita uma exposição da propositura, da iniciativa do Projeto que tramitou aqui nesta Casa e que estamos aguardando, inclusive, a manifestação que deve chegar em breve dessas instituições, compreendendo que a iniciativa foi realmente no sentido de avanços consideráveis em relação à questão de resíduos sólidos, dando apoio à iniciativa. Mas, independentemente disso, em função das distorções que foram vendidas no Estado do Paraná, lamentavelmente, quando se procura construir algo que possa contemplar os interesses públicos e coletivos do Estado nesse segmento, é oportuno que a Assembleia tenha a grandeza de também, ao tempo em que evolui no seu Projeto, possa compreender o

momento também do seu recuo. Não significa dizer que os Deputados, aliás, a unanimidade dos Deputados presentes aqui na Casa, presentes no dia, Situação e Oposição, votaram a favor do substitutivo geral apresentado depois de amplo debate com técnicos inclusive do IAT, e que na sequência o tema acabou sendo distorcido. Portanto, com a compreensão de todos e para que o Paraná tome conhecimento, decisão de colegiado, a Assembleia Legislativa decide pelo não recebimento de resíduos sólidos urbanos e industriais de outros estados. Aliás, a matéria disse que íamos trazer lixo do Brasil inteiro para o Paraná, inclusive resíduos perigosos, o que não é verdade, não leram o Projeto. “É de conhecimento público a derrubada do Veto Parcial ao Projeto de Lei n.º 67/2022, convertido em Lei n.º 21.052, que regulamenta a gestão de resíduos pelo Paraná. A intenção da lei é modernizar as regras, facilitar o transporte e reduzir distâncias entre os geradores e o destino final dos resíduos de modo a minorar o dano ambiental. O debate foi amplo e, após emendas, a proposição foi aprovada por unanimidade dos Deputados e sancionada em parte pelo Governador. A proposta manteve a exigência de licenças ambientais e rigorosa documentação para os aterros. Apenas dois dispositivos foram vetados pelo Poder Executivo, que traziam soluções logísticas para os resíduos produzidos em estados vizinhos. É bom ressaltar que a legislação atual já admite o recebimento quando existe conurbação entre cidades fronteiriças. Durante o processo legislativo, Deputados e técnicos debateram intensamente sobre todas as consequências ambientais, econômicas e sociais e procuraram entender a prática de geração e destinação de resíduos. Entretanto, quando da discussão do Veto, houve compreensão equivocada dos objetivos da referida norma legal, interpretando-a de maneira diversa da ideia apresentada durante o processo legislativo. A Assembleia Legislativa respeita e defende o posicionamento de todos e de cada um de seus Parlamentares, suas opiniões, manifestações e votos no cumprimento de seus deveres funcionais enquanto mandatários eleitos. Repudiamos as afirmações de que qualquer Deputado Estadual ou Deputada tenha tomado suas decisões sem considerar todos os aspectos a partir do estrito interesse público. Apesar disso, em razão das interpretações diversas e para resguardar o compromisso ambiental, não promulgaremos nem divulgaremos ou publicaremos os dispositivos vetados, tornando sem efeito o Veto derrubado. Essa decisão foi tomada após novos

debates com os Parlamentares da Situação e da Oposição. A decisão também vai ao encontro das ações e políticas públicas responsáveis por alçar o Paraná como o estado mais sustentável do Brasil, de acordo com a OCDE. A Assembleia Legislativa renova o compromisso total com a sustentabilidade do nosso Estado.” Essa é a nota e espero que o assunto se encerre a partir do comunicado oficial que estamos fazendo, e iremos distribuir este *release* para toda a imprensa do Paraná. Senhores Deputados, pela compreensão de todos que hoje pela manhã ouviram a decisão, os argumentos da Mesa Executiva, desta Presidência, do Líder do Governo, do Deputado Marcio Nunes, Ex-Secretário de Defesa do Desenvolvimento Sustentável, e de tantos outros que opinaram, compreenderam ser esta decisão a mais inteligente e necessária. Muito obrigado. Com a palavra, Deputada Mabel Canto. Reafirmo aqui que a Assembleia decide pelo não recebimento de resíduos sólidos urbanos e industriais de outros estados. Para que fique bem claro.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Não é a Deputada Mara, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, perdoe-me. É verdade, a Deputada Mara fará um pronunciamento sobre o *Agosto Azul*. Então, vamos conceder a ela o tempo necessário.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra a Sr.^a Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Presidente, Deputadas e população paranaense que nos acompanha pelas mídias sociais. Quero agradecer hoje, Presidente, a esta Casa de Leis, à Secretaria Estadual da Saúde e às Secretarias Municipais da Saúde pela promoção desta importante campanha que neste ano completa nove anos de execução. A todos os profissionais da saúde pelo fundamental empenho nesta campanha. Obrigada por tudo. Realmente é uma campanha muito importante, principalmente porque trata da saúde do homem. E chegamos até aqui com este tema, conforme mencionado, que é *Homem, não perca o melhor da vida, cuide-se e cuide de sua saúde*. Acredito que precisamos dar uma atenção à saúde mental do homem. Creio que este será o norte desta campanha este ano, conforme dados demonstrados no vídeo que logo mais veremos.

Infelizmente, este ano não vamos ter a tradicional exposição no salão, não é, Deputada Cristina, que é tão bonita, não será realizada nenhuma Audiência Pública em decorrência da legislação eleitoral. Dessa forma, gostaria muito de agradecer à Mesa Diretora por mais uma vez acender a Casa em azul, para lembrarmos que estamos no *Agosto Azul*. Obrigada, Romanelli. Obrigada, Deputado Traiano, Deputados Pastor Gilson e Deputados e Deputadas que colocam aí a gravatinha do *Agosto Azul* neste momento. Depois de dois anos sem realizarmos o *Agosto Azul*, devido à pandemia, aqui estamos para lembrar que o homem precisa se cuidar, cuidar da sua saúde. Temos médicos aqui na nossa Assembleia que são Deputados e sabem o quanto é importante este cuidado e principalmente agora pós-pandemia, que ainda não estamos completamente livres, e a saúde mental desse homem, que ficaram muitos deles desempregados, ficaram muitos deles muito tempo em casa, precisando prover o sustento para a sua família, e que agora realmente trazem uma situação às vezes muito delicada e precisamos nos cuidar e cuidar desses homens no nosso Paraná. Gostaria, então, de chamar um vídeo, para que vocês entendessem um pouquinho mais do *Agosto Azul*.

(Apresentação de vídeo institucional.)

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Obrigada, Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos à Deputada Cantora Mara Lima pela bela exposição, sempre com disposição de trabalhar no *Agosto Azul*, em favor dos homens paranaenses. Com a palavra, agora sim, Deputada Mabel Canto.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto; Cristina Silvestri; Requião Filho; Professor Lemos; e Galo.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Deputadas, Deputados. Além do que a Deputada Mara já explanou sobre o *Agosto Azul*, também estamos adentrando no mês do *Agosto Lilás*, um mês também dedicado ao combate à violência contra as mulheres, inclusive, de autoria aqui no Estado do Paraná, do Deputado Guerra. Este é um mês dedicado ao combate à violência,

tanto é que no próximo dia 7 teremos a marca de 16 anos da Lei Maria da Penha, umas das legislações mais importantes no combate à violência contra as mulheres do mundo. Hoje, na pauta, temos dois projetos voltados aos direitos das mulheres, dois projetos dos quais também sou autora. O primeiro que acaba regulamentando o atendimento à mulher com deficiência auditiva, vítima da violência doméstica e familiar, e que também conta com a assinatura de outros Deputados. Quando propomos esse Projeto, vimos a dificuldade que essas mulheres, com algum grau ou com total dificuldade, com deficiência auditiva, tinham de realizar as denúncias aos órgãos competentes devido à deficiência. Se uma mulher sem deficiência já encontra dificuldades sociais para realizar as denúncias, imaginem para uma mulher que possui essa deficiência. Devido a isso, essa mulher acaba ficando mais tempo em situação de violência, em comparação com as demais mulheres. Isso tem se dado devido à ausência de profissionais habilitados em libras, na linguagem de sinais, e dos guias intérpretes nas delegacias da mulher e delegacias do Estado do Paraná. Em muitos casos, para a mulher realizar essa denúncia, ela acaba até tendo que fazer mímica. Isso é um constrangimento muito grande para essas mulheres. Acabamos deixando essas mulheres em uma situação vexatória muito triste. Então, o nosso objetivo com essa lei, inicialmente, era resguardar mais um direito para a mulher, mas após uma construção com a Liderança do Governo, tivemos o alcance do Projeto de Lei ampliado. Foi elaborado um substitutivo no qual não somente as mulheres com deficiência auditiva, vítimas da violência doméstica e familiar, mas todas as pessoas com deficiência auditiva deverão ter garantido o atendimento, em todas as repartições públicas do Estado, com o objetivo de ter um tradutor ali de libras para elas de forma presencial, mas, quando não for possível, de forma telemática, valendo-se aí das tecnologias que já estamos dispondo. Esse substitutivo também altera e estabelece que o Estatuto da Pessoa com Deficiência aqui no Estado do Paraná inclui o direito à segurança, que não estava incluído no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Quero agradecer à Liderança do Governo pela construção do Projeto, pela sensibilidade, aos demais Deputados que assinaram também a presente resolução, o presente Projeto, e dessa forma estaremos trazendo mais dignidade para as mulheres com deficiência auditiva e também para todas as pessoas com deficiência

auditiva aqui no Estado do Paraná. E outro assunto também é a questão do próprio Projeto da Bancada Feminina, que iremos realizar a primeira votação hoje, um Projeto muito importante, que visa dar mais voz para a mulher dentro deste Parlamento, que conta com a assinatura de todas as Deputadas e de mais alguns Deputados. Acho que é uma luta, é um direito que aqui estamos tentando aprovar, não só para que nós que estamos aqui tenhamos mais voz, mas para que as mulheres que no ano que vem estejam aqui, Deputada Luciana, continuem trabalhando para garantir mais direitos para as mulheres do nosso Estado. Talvez não estejamos aqui no ano que vem, mas as mulheres que aqui estiverem, elas terão liderança, elas terão cadeira na Mesa, poder de decisão para poderem lutar cada vez mais pelos direitos das mulheres e também pelos direitos de todos os paranaenses. Então, pedi hoje às Deputadas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel, por favor, para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Então, pedi hoje às Deputadas, aos Deputados, que votem em ambos os projetos, votem “*sim*”, para que aprovemos uma maior dignidade para as mulheres, para as pessoas com deficiência auditiva, e garantir que as Parlamentares que aqui estiverem no ano que vem possam continuar lutando com ainda mais voz e liderança por todos os paranaenses.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Boa tarde a todas e a todos. Hoje é um dia histórico para a Assembleia Legislativa do Paraná, é quando começa a votação desse Projeto de Resolução que muda o Estatuto Interno e cria a Bancada Feminina na Assembleia Legislativa do Paraná. Quem nos acompanha sabe com quantas dificuldades chegamos até aqui. Por isso, hoje é um dia de muita realização porque iremos iniciar essa votação tão importante para todas nós mulheres e para toda a sociedade. A ideia de criar a Bancada Feminina surgiu há dois anos, quando começamos a pensar em alguns

mecanismos para a participação das Deputadas mulheres em posição de liderança e escolhas decisivas na Mesa. Levei a proposta a todas as nossas colegas Deputadas, Mabel, Mara Lima, Luciana, Maria Victória, e elas de imediato concordaram com a criação da Bancada Feminina, e desde então estamos juntas nessa causa, independentemente de Partido político e de posicionamentos. Em seguida, ganhamos o apoio de vários Deputados, o Deputado Goura, Boca Aberta, Michele, Arilson, Romanelli, Douglas, Nereu, Professor Lemos, Marcio Nunes, que assinam o Projeto como coautores, e também o relator, Tião Medeiros. Quero aqui agradecer o apoio fundamental de cada um dos Deputados, do Presidente Traiano e de toda a Mesa Diretiva, além de todas as Vereadoras e Vereadores, Prefeitas e Prefeitos, representantes de entidades de classe. Foram inúmeras as pessoas que enviaram notas de apoio e que estão na torcida por esse nosso Projeto. A instalação da Bancada Feminina não tem a ver com privilégios políticos ou de poder, mesmo porque não sabemos quem serão as Deputadas no próximo mandato, onde o Regimento poderá entrar em vigor. O que queremos e o que precisamos é preparar, reparar a injustiça histórica que ainda hoje reflete aqui na Assembleia Legislativa, como a baixa representatividade feminina nos espaços de lideranças desta Casa. Avançamos muito nos últimos anos, mas ainda precisamos de incentivos, para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no Poder Legislativo. Precisamos garantir a participação das Deputadas na indicação de membros na Comissão, no colégio de líderes, na Mesa Diretora, historicamente formada por Deputados homens. E peço aqui o apoio dos colegas Deputados pela aprovação desse Projeto de Resolução, que já existe na Câmara e no Senado Federal, e que será inédito no Estado e o segundo das Assembleias Legislativas do País. Vamos dar o exemplo e mostrar mais uma vez que a Assembleia Legislativa do Paraná valoriza a participação feminina na política. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhores Deputados, Sr. Presidente, o que me traz hoje aqui é uma matéria que saiu em diversos jornais. Inúmeros

jornais colocaram que um áudio de um suposto Deputado desta Casa mencionava funcionários fantasmas no Governo do Governador Ratinho Junior. E esse áudio, pesado inclusive, está em todos os grupos de *WhatsApp*. Mas não tenho certeza se é ou não o Deputado que está falando. E como o alvo desse áudio é nominado e adjetivado de uma forma que não caberia a nós aqui colocar, reduzi o áudio original e gostaria de colocar para os senhores. Por quê? Porque temos denunciado funcionários fantasmas em Secretarias do Estado do Paraná, Ex-Prefeitos, Ex-Deputados, que estão inclusive rodando o Estado de carros oficiais, inclusive alguns estiveram aqui em uma convenção este final de semana, carros oficiais que não deveriam lá estar. Mas o áudio é muito claro. “Deveriam ter vergonha na cara, mas não têm. Funcionário fantasma do Governo, uma pessoa desqualificada, funcionário fantasma, e provamos isso”. Ele fala que provou, Presidente. Pode ficar nervoso, Deputado Marcio Nunes, o áudio está em todos os grupos de *WhatsApp*, e não estou mostrando imagens. Ele fala que provou. Então, se esse áudio for de um Deputado desta Casa e ele não procurou o Ministério Público, ou a Corregedoria, ele cometeu crime de prevaricação e pode ter o seu mandato cassado inclusive por esta Casa. Se ele levou essa denúncia à frente, como é o nosso dever como Deputados, acho que ele está de parabéns, e aí gostaria de ver o Ministério Público e o Governo explicar esse áudio. Como disse, não tenho certeza se é ou não o Deputado desta Casa, por isso não vou nominá-lo, as matérias nominam certo Deputado da região Norte do Paraná como autor, e já escutei a sua voz pelo rádio e parece muito parecida. Então, gostaria de saber se é dele ou não. E se for dele, que ele, por favor, demonstre que tomou as atitudes corretas que advêm com a responsabilidade de ser um Deputado e, se ele não as tomou, acho que a Casa pode dar a ele certo tempo para levar isso à frente, já que ele diz aqui no áudio que ele comprovou e mandou para o Governo que é funcionário fantasma, corroborando, inclusive, com as inúmeras denúncias que recebemos, de que há diversos políticos nomeados para fazer campanha no Estado do Paraná, recebendo do erário, acho que podemos levar esse assunto mais para a frente, porque é um assunto muito sério. Era isso, Sr. Presidente, essa denúncia de hoje. Espero que, sendo do Deputado, ele mostre e demonstre que tomou as medidas corretas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, cumprimentar a população que acompanha a nossa Sessão. Quero aqui dizer que concordo com todas as palavras que a Deputada Cristina falou na tribuna, Cristina Silvestri. Temos um Projeto de Resolução tramitando na Casa e queremos, evidentemente, que esse Projeto seja provado por unanimidade. Que possamos fazer, pelo menos, uma parte do nosso dever, que é pela igualdade, pela igualdade de gênero, pelo respeito às mulheres. E precisamos dar o exemplo. Então, vamos começar aqui pela nossa Casa. Quando solicitamos que outras instituições façam o dever, que é obrigação de todos e todas lutarem pela igualdade, que também possamos fazer aqui. Então, tem todo o nosso apoio. Assinamos o Projeto com as Deputadas e queremos que ele seja aprovado e implementado aqui na nossa Assembleia Legislativa. E a Deputada Cristina Silvestri falou que precisa dar oportunidade. Mais do que isso, Deputada, concordo que tem que dar oportunidade, mas tem que dar igualdade de condições, porque muitas vezes tem oportunidade, mas não tem igualdade de condições e, às vezes, não tem nem oportunidade. Queremos, aqui na Casa, além da oportunidade, também ter as condições dadas para que as mulheres possam exercer plenamente a tarefa que é conferida a elas pela população nas urnas. Há de chegar o dia em que em todos os espaços teremos paridade. E não é só o direito de se candidatar e, sim, assegurar o número de vagas, no mínimo, 50%, já que as mulheres passam de 50% da população do Estado e do País. Então, é uma iniciativa muito importante, tem todo o nosso apoio. Quero falar aqui também hoje do PDE. O PDE é muito importante. Trata-se da formação dos nossos professores e professoras, parado desde 2016. Então, vejam, foram seis anos que não se convocou o PDE. O PDE é para o desenvolvimento da educação do Estado. É oportunizado aos professores todo ano, deveria ser oportunizado todos os anos conforme a lei. Temos a lei que regulamentou o PDE no Paraná. É a Lei Complementar n.º 130, de 14 de julho de 2010. De lá para cá, todo ano tínhamos a convocação de professores para fazer o PDE. E qual é o percentual? É, no mínimo, 3% da categoria de professores e

professoras que são estatutários, no mínimo 3%. Isso equivale a 2 mil professores por ano. Fizemos PDE até 2015. De 2015 para cá não teve mais, porque não houve convocação, desrespeitando a legislação. Nesse domingo tivemos o PDE com o número limitado de vagas, para 2 mil professores, mas se ficamos seis anos sem fazer o PDE, tem 12 mil professores que já poderiam ter feito o PDE. Fazer o PDE é fazer com que o professor volte à universidade e apresente um projeto para melhorar a educação do nosso Estado. Depois de dois anos ele está certificado e pode evoluir na carreira, indo para o nível 3, que é o último nível da carreira. Isso também melhora a sua remuneração. Une o útil ao agradável. Ele ofertará um serviço de melhor qualidade à nossa sociedade e receberá uma recompensa para isso, aumenta a sua remuneração. Então... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Temos milhares de professores e professoras na fila, porque o Governo não fez o que determina a lei. Agora, o que quero pedir aqui, Deputado Marcel Micheletto, Deputados da Oposição e da Situação, que o Governador altere o edital, ampliando o número de vagas. Duas mil vagas eram para 2016, duas mil para 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, já teríamos 14 mil. Então, é muito importante que o Governador aumente o número de vagas do PDE. Não pode ficar apenas com 2 mil vagas. Isso é insuficiente. É um desrespeito aos nossos professores, um desrespeito a essa lei aprovada por unanimidade aqui nesta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora, Deputadas e Deputados. No último final de semana fui atender a um pedido dos agricultores de Cerro Azul. Lá em Cerro Azul veio um pedido, quero passar aqui para o Líder do Governo, para o Marcel. Marcel está em Plenário ou não? Ah, está aqui. Para o Marcel levar até o Ex.^{mo} Sr. Governador o seguinte pedido: os agricultores, nobre Líder, V.Ex.^a que nos comanda tão bem, dizer que é o

horário do Ceasa que eles estão sofrendo. A entrada para o Ceasa, Excelência, é a partir das 9 horas da manhã, eles estão pedindo, pelo amor de Deus, que já teve a entrada às 6 horas da tarde, que seja às 7 horas da noite, pelo menos. Justificativa para que V.Ex.^a possa avaliar. Eles saem de Cerro Azul no meio da tarde e aí eles têm que se preparar para a entrada na pedra. Até adentrar a pedra, vão chegar lá para se preparar para a venda por volta de meia-noite. Duas horas começa a venda. Não dá tempo de descansar. Então, a solicitação é que haja uma mudança de horário no Ceasa para a entrada dos agricultores às 7 horas da noite, porque a mesma estrutura que se gasta às 9 horas da noite já está gasta se puxar para 7 horas da noite. É uma solicitação de logística que os agricultores estão solicitando. Então, V.Ex.^a que conhece esse ramo, conhece bem do que estou falando, avalie com carinho. Atenção, Cerro Azul, estou pedindo para o Marcel Micheletto aqui que é o Líder do Governo, para que veja para todos vocês, reveja o horário de entrada no Ceasa, senão o agricultor, Marcel, ele descarrega o seu carro, vende o que tem que vender, volta na estrada que tem que ir embora, com sono, e pode se acidentar. O que eles querem é entrar às 7 horas, deixar já o carro perfilado para a pedra e que possam descansar um pouco até o início, às 2 horas da manhã. É em nome dos agricultores que V.Ex.^a respeita muito bem, conhece bem esse assunto na sua região, que leve ao tão Ex.^{mo} Governador, para atender aos agricultores. Falo de Cerro Azul, mas, com certeza, é em nome de todos os agricultores. Não é a minha praia. Mas solicitaram ao Galo, no momento que estive lá com eles no aniversário. Muito grato, Sr. Presidente. Vinda longa e continue com sabedoria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda. Mas, antes disso, vamos cumprimentar o nosso 1.º Vice-Presidente da Casa, Deputado Tercílio Turini, pelos 78 anos de saúde e vida longa.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham também aqui pela *TV Assembleia*. Parabenizar o nosso Deputado Tercílio, porque chegar a essa idade hoje não é fácil. Parabéns! Deus abençoe. O tema hoje aqui, e não podia deixar de comentar a respeito desse PL 67, embora foi lida aqui uma nota pelo Presidente da Casa que será publicada, nota da Assembleia. Acho que ela foi bem detalhada, bem explicada, porém a população, hoje, cobra e nós Deputados e os grupos de *WhatsApp* estão aí bombando, todo mundo com a dúvida, principalmente após a fala do Governador, que julgo foi uma fala infeliz, mal orientado por ter dito aquilo, porque quem ouviu a fala vai achar que o Governador é contra o Projeto. Ele não é contra o Projeto, ele vetou dois itens do Projeto. O Governador tinha que ser mais claro na fala dele. Agora, revendo esse processo todo, sabe, preocupa-nos muito, porque às vezes somos levados aqui, na boa-fé, a atender ao pedido de um colega, porque temos que supor, aqui, que esta Casa é feita de gente séria. Esse PL 67 foi proposto pelo Deputado Tião Medeiros. Então, esse Deputado que tem que explicar para a população o porquê que ele pediu, por que que ele fez esse Projeto de Lei? Dei uma entrevista na *Jovem Pan* semana passada – acho que foi na quarta, quinta-feira – e fui o único Deputado que colocou *a cara a tapa* para falar do Projeto. Sempre respondo pelos meus votos e não fujo de entrevista, agora, revendo esse PL, o porquê quero saber que o Deputado Hussein Bakri, que era Líder do Governo assinou, com o Tião Medeiros, o pedido de urgência nesse Projeto. Qual urgência tem esse Projeto se nem o Governo quer? Se não tem urgência por que que o Deputado Hussein Bakri assinou junto a urgência? Ele tem que explicar para a imprensa e para a população também esse motivo! Ora, ou somos levado aqui, somos Base de Governo, e quando o Líder do Governo pede, entendemos que o Governo está a par. Temos um Deputado, aqui, Marcio Nunes, que foi Secretário do Meio Ambiente, que acompanhou o Projeto, é Engenheiro, conhece do que está falando, e acreditamos nisso. Agora, não pode jogar nas costas dos Deputados esse Projeto de Lei. A convência foi do Governo, o Líder de Governo atual, nosso amigo Marcel Micheletto, também foi orientado a derrubar o veto do Governo. Se ele foi orientado pelo Governo, então o Governo está ciente; se ele jogasse contra o Governo, hoje ele não seria mais o Líder do Governo! Da mesma forma o

nosso amigo colega, Deputado Hussein Bakri. Creio que quando ele pediu regime de urgência o Governo sabia, senão ele não continuaria amigo do Governador. Esse Projeto já passou de todos os limites! É inaceitável o que aconteceu aqui nesse Projeto. Vou propor, Sr.^s Deputados, e espero que os senhores venham juntos, vou propor a revogação desse PL, porque esse PL gerou dúvidas enormes a respeito dele neste momento. Foi um diz que me diz, um falou isso, um falou aquilo; volta, perde. Alguma coisa não está certa nesse Projeto. O melhor a se fazer é revogar esse Projeto de Lei. Se ele não é bom para o Paraná, vamos encerrar aqui! Se o Governador acha que não é, o Governador seja firme e diga: sou contra o Projeto inteiro, não contra dois itens apenas. A população merece o nosso respeito no Paraná. Não estou aqui brincando de fazer política e não vou deixar meu nome ser *jogado na lama* por causa de um Projeto desse, que, até então, entendi que era bom para o Paraná, que ia gerar emprego e que não ia ter nada de errado com o meio ambiente. Mas, após a fala do Governador, fiquei com dúvida e essas perguntas aqui, por que que foi pedido regime de urgência a esse Projeto assinado pelo Tião Medeiros, autor do Projeto, e pelo então Líder do Governo, Hussein Bakri? Eles têm que explicar qual era a urgência disso aqui e o Governo também, porque aceitou! É urgente para quem. Para o lixo? Ora, temos que parar de pôr pano quente, vamos falar a verdade aqui. É melhor a verdade do que uma meia verdade que para mim não existe também. Na *Jovem Pan*, dei entrevista e finalizei-a e vou finalizar aqui: que o único lixo realmente que me preocupa, e muito, é o lixo do PT que não é reciclado. E, se tomarem o poder, vai enterrar todo mundo aqui, é um lixo que vai nos enterrar. Esse lixo me preocupa. Agora, esse PL 67, ficou uma história muito mal contada e conturbada, a melhor coisa a se fazer, Sr. Presidente Traiano, é revogar esse Projeto de Lei, que, pelo que entendi, não vai beneficiar ninguém aqui no Estado do Paraná ou vai beneficiar alguém que não sei. Então, melhor revogar, pôr uma pedra em cima e tocar adiante. Agora tem que ser explicado o motivo da urgência de se aprovar um Projeto desse que virou uma polêmica no Estado do Paraná. Aí o Governador pode explicar, e o autor do Projeto, e quem pediu urgência também devem explicar. É minha opinião e vou propor a revogação desse Projeto que, a meu ver, é inútil para o Paraná. Muito obrigado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*,
Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Presidente, o Deputado Ricardo Arruda toca em um ponto importante realmente, porque na Constituição Federal e na Constituição Estadual, no Regimento Interno não existe a previsão de não publicação ou não promulgação de medida. A Constituição Estadual, por exemplo, no art. 71, § 5.º diz o seguinte: “Se o veto não for mantido”, ou seja, se ele for derrubado, “o Projeto será enviado para promulgação ao Governador do Estado”, é o que deveríamos fazer. Aí diz no § 7.º: “se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo Governador do Estado, nesse caso, o presidente da Assembleia a promulgará. E se esse não fizer, em igual prazo, caberá ao vice-presidente fazê-lo”. Ou seja: pela Constituição Estadual não podemos deixar de promulgar ou publicar uma lei, um ato vinculado de quem exerce a presidência. Então, concordo com o Deputado Ricardo Arruda. A maneira correta de resolver essa questão – caso seja o acordo realmente aqui, na Assembleia, seja encaminhar um Projeto de Lei novo, poderá, eventualmente, tramitar em regime de urgência se for o desejo dos Deputados e revogar esses dispositivos polêmicos. Não é isso, Presidente? Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, art. 71, § 7.º, realmente o Governador, em não promulgando ou sancionando a decisão da Casa, devolve à Casa e o Presidente tem 48 horas. Em caso de não promulgar, tornará sem eficácia a derrubada dos Vetos. Portanto, não há razão para qualquer outra discussão no aspecto jurídico, porque estamos cumprindo de forma legal a decisão.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*,
Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Não, Sr. Presidente, apenas pelo tema que foi suscitado ali pelo Deputado Homero. A promulgação é um ato político cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, e é um requisito indispensável à eficácia do Ato Normativo. Trata-se de uma operação integrativa da Lei que atesta sua executoriedade, ou seja, a não publicação leva à derrubada dos Vetos para um limbo jurídico. Os precedentes que temos nos Tribunais Superiores e também no Senado Federal é que ele se tornou efetivamente letra morta com a decisão tomada pelo Presidente, pelo 1.º Vice e pela Mesa Diretora, e pelo conjunto dos Parlamentares, de não promulgar e nem publicar os Vetos que foram derrubados, e não há como se exigir pelos precedentes nos tribunais que qualquer membro do Poder Judiciário obrigue a fazê-lo ou o torne eficaz.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REPUBLICA): Senhor 1.º Secretário, só para complementar, o problema de entendermos dessa maneira é que a qualquer tempo ela poderia ser promulgada e publicada depois, por exemplo, depois das eleições.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REPUBLICA): Só um minutinho, Sr. Presidente. O problema de fazermos quando a maior parte das pessoas quer é que você abre um precedente para quando só o Presidente quiser. Vamos imaginar que a Assembleia derruba um Veto, mas só o Presidente não concorda com essa derrubada. Por essa interpretação, ele poderia, a qualquer momento, não promulgar nem publicar a decisão. Então, entendo assim: acho que a decisão que foi tomada pela Assembleia em conjunto, é uma decisão que me parece adequada. Agora, a forma é só o que estou questionando. Acredito que para segurança jurídica devemos fazer como sugeriu o Deputado Ricardo Arruda.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Deputado Homero, V.Ex.^a tem razão no seu argumento, mas é o que prevê a Constituição Federal, e é o poder que os Presidentes das Casas Legislativas têm em nosso

País, dado pela Constituição Federal, muito embora a solução que tenha sido dada já é adequada, e ela tecnicamente está dentro da técnica legislativa e é correta, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda em tempo, esta Presidência tem uma única palavra: a decisão tomada em colegiado não voltará atrás. Não há nenhuma razão para uma posterior promulgação. A decisão está tomada, Sr.^s Deputados. Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri. Deputado, pediu *pela ordem*?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, *pela ordem*. Muitos aqui conheceram um grande profissional da Odontologia do Paraná e do Brasil, um homem íntegro, um professor universitário, um mestre, que nos deixou este final de semana, que é o professor Léo Kriger. Muitos trabalharam com ele. Formou milhares de profissionais da Odontologia. E tive a honra, como Secretário de Estado, tê-lo, durante vários anos, como Coordenador da Política de Saúde Bucal do Paraná. Então, a família do professor Léo... Ele estava vivendo em Israel, ele se aposentou, ele era judeu, estava vivendo em Israel. Soubemos de forma muito triste do falecimento do Léo. E quero aqui deixar este registro à sua família, aos seus milhares de admiradores e às pessoas que aprenderam a arte da Odontologia, da saúde bucal, pelas mãos desse grande homem. Um abraço!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Ouvi, e as preocupações que o Deputado Homero levanta também são preocupações que creio que muitos Deputados têm. Não colocando absolutamente, Deputado, em dúvida a palavra do Presidente, da Mesa Diretora, mas há uma indagação que se faz, Sr. Presidente, em caso de não deixar no limbo jurídico esse processo com o Vice-Presidente podendo assinar, não necessariamente agora ou a qualquer tempo, se isso não ensejaria que um cidadão, qualquer cidadão paranaense pudesse questionar juridicamente a não assinatura. E parece que o caminho mais correto realmente seria termos, até

para que não houvesse nenhum tipo de dúvida jurídica, que tivéssemos aqui um Projeto de Lei que restituísse os dois artigos pelo menos – falamos isso com o Presidente Arilson, Presidente do nosso Partido, Líder da Bancada da Oposição – os dois artigos que foram vetados e que foram objetos de discussão na última semana. Antes de entrar novamente neste tema, Sr. Presidente, só quero fazer uma nota aqui que me parece necessária e não gostaria de fazê-lo, mas é necessário que se faça, uma nota que vem assinada pelos grupos, vários grupos de torcedores organizados aqui do Paraná. Todos sabem que no sábado houve um jogo de futebol aqui, Paraná e Cascavel. Não teve absolutamente nenhum tipo de discussão dentro do estádio. Fora do estádio, Deputado Galo, houve um princípio de tumulto. Fora do estádio. Não se sabe exatamente com quem. A verdade é que o Presidente da *Torcida Organizada Fúria Independente* foi até à sede da torcida e, como estava havendo um princípio de tumulto, a Polícia Militar colocou a Cavalaria para fazer a contenção das pessoas que estavam lá. E não sei exatamente o que aconteceu, ninguém sabe, mas o Presidente da *Fúria* foi pisoteado por um cavalo e está em estado gravíssimo. Alguns falaram, hoje de manhã, em morte cerebral. E é mais uma das situações que não gostaríamos de relatar aqui, porque isso aí é recorrente, Deputada Mabel sabe, já aconteceu em Ponta Grossa, já aconteceu aqui com Curitiba, com a torcida do Coritiba, quando foram, inclusive pais e mães com crianças no colo, foram agredidos. Já aconteceu com a torcida do Athletico. E não com a torcida organizada, com pessoas que estão ali no momento. Então, lamento muito que no jogo entre Paraná e Cascavel, que foi um jogo, para quem gosta de futebol, foi um jogo muito bacana, muito bom de ser visto, mas que tem acontecido esse tipo de situação. O Mauro, que é o Presidente da torcida, o Mauro Machado Urbim, está hospitalizado em estado gravíssimo no Hospital do Trabalhador. Hoje de manhã conversávamos com algumas pessoas que falavam que estaria já com morte cerebral. Agora à tarde, algumas pessoas falaram que teria havido, teria ocorrido óbito. Liguei agora, não aconteceu. Esperamos que saia dessa, mas certamente não é uma situação, como falei, que gostaríamos de relatar, mas fica aqui o registro necessário, porque a violência nos estádios não pode ser uma coisa comum. A Polícia Militar é importante fora do estádio. Acho que dentro do estádio ela não tem que estar, porque o estádio é um espaço

privado, mas fora do estádio é importante, mas não dá para cada vez que acontece qualquer tipo de situação, tenhamos, como tivemos com o Coxa recentemente, como tivemos com o Athletico, como tivemos lá em Ponta Grossa, como tivemos em Londrina, e aí as pessoas passam a não ir mais aos estádios porque vira sinônimo de violência, o que é muito ruim. Então, força para o Mauro aqui. Gosto muito da torcida, da *Fúria*. Sábado, estávamos no jogo. Não estávamos lá na *Fúria* porque o Marcelo, que é o meu filho, está com uma cirurgia na perna, porque rompeu o tendão, ficou meio sentado, mas torcendo. Voltando sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente, tenho por obrigação também fazer um registro que me surpreendeu a nota, Sr. Presidente, o senhor sabe o respeito que tenho pela Mesa Diretora, mas me surpreendeu a nota que colocava nominalmente o Deputado Arilson e o Deputado Goura. E quando digo nominalmente é porque tivemos 13 Deputados, a Deputada Mabel, o Deputado Fruet, os Deputados da Oposição, que votaram pela manutenção do Veto, e outros que não votaram. Entretanto, a nota que sai da Assembleia Legislativa coloca inclusive o Deputado Arilson e o Deputado Goura, que fazem parte da Bancada, do Bloco de Oposição, e também fazem parte do Bloco PT/PDT como tendo votado junto. Votaram, claro que votaram, votaram no período. Votamos contra durante o processo. Votamos na CCJ, nosso voto foi contrário. Entendíamos que era inconstitucional. Aqui, pedimos o adiamento, para que não houvesse a Sessão no regime de urgência e perdemos, votamos pela inconstitucionalidade, denunciemos a inconstitucionalidade, mas isso tudo faz parte do processo. O que me preocupa é quando começamos a nominar, amanhã coloco: *Deputado Guerra votou assim, assim e assado*. Não é legal! Não é correto, Sr. Presidente! Perdoe-me a expressão, mas não é correto. A Mesa Diretora tem que ser imparcial. A Mesa Diretora decide os trabalhos e a forma como deve ser feita para o conjunto dos 54 Deputados.

Deputado Homero Marchese (REP): Um aparte, Sr. Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Agora, não é... Não sei quem pede um aparte!

Deputado Homero Marchese (REP): Homero. Aqui.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pois não, Deputado Homero.

Deputado Homero Marchese (REP): Deputado Tadeu, não poderia concordar mais com o senhor. E foi interessante porque recentemente aconteceu um caso comigo, em que houve inclusive a exposição do meu nome no *site* da Assembleia Legislativa, em uma posição da Mesa Diretora. E naquela ocasião o senhor, se não me engano, defendeu-me, o senhor me defendeu e outros poucos Deputados me defenderam, mas precisamos fazer isso sempre, porque uma vez é conosco e no futuro pode ser com os outros. Então, o senhor tem toda a razão e tem o meu apoio nesta manifestação. Obrigado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado Homero. E isso aqui, também não quero repetir o mesmo erro, personalizar no Deputado Traiano ou no Deputado Romanelli, Presidente e 1.º Secretário, a nota que cita. Quando digo que não quero personalizar, não estou dizendo que não foram os senhores que assinaram, mas não quero personalizar, não quero crucificar ninguém. Acontece que temos que ter o cuidado de, quando identificamos Deputados aqui, identificá-los como Deputados e como Deputadas. Se quisesse fazer não tem problema nenhum, mas então nos coloquem todos, os 13 Deputados que votaram pela manutenção do Veto são estes: Deputados e Deputadas. E aí temos um conjunto. Porque a impressão que nos dá é que o Deputado Arilson e o Deputado Goura tiveram uma posição de traição porque haviam votado antes e depois se manifestaram contra. Ora, têm todo o direito de se manifestar! Tem todo o direito, tanto o Deputado Arilson quanto o Deputado Goura, de expressarem inclusive posteriormente, se for o caso, não acompanhei e não sei se foi, mas se foi estão no seu direito, de expressar críticas. Agora, se tivermos que a cada passo tomar o cuidado porque vai sair assim, vai sair assado, daí a rede de televisão “A”, “B” ou “C” vem e faz uma matéria, a outra faz outra, daí queremos achar alguém para dizer: *Olha, todo mundo fez, inclusive eles*. Não! Não colocamos aqui a defesa que foi feita explicitamente pelo Deputado Marcel, que está no seu direito de defender a derrubada do Veto e de liberar a sua Bancada, pelo Deputado Traiano, que da Mesa Diretora também pediu a derrubada do Veto, pelo Deputado Tião. É público! É público! Mas, seria muito deselegante da nossa parte colocar o

nome desses Deputados que temos o maior respeito por eles, pelo seu direito...

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Tadeu, um aparte.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... de exercer o seu mandato. E assim faço de forma muito enfática a defesa dos meus companheiros, Arilson e Goura. Sou Líder da Bancada e não poderia, Deputado Marcel, deixar que isso passasse. Não podemos admitir entre nós que alguém passe a ser a pessoa que também votou. Todos votamos. Eu votei! E se alguém fez de forma errada o encaminhamento da votação, fui eu. Sou o Líder da Bancada. Então, se era para colocar o nome de alguém, coloca o meu nome, agora, não coloca o nome do Arilson, não coloca o nome do Goura, porque o Goura e o Arilson votaram, mas eles votaram como eu votei, com a Luciana votou, como votaram outros companheiros nossos. Deputado Guerra, concedo-lhe um aparte.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Tadeu, quero lhe parabenizar pela fala e me coaduno com ela, afinal de contas, aqui, nós Parlamentares temos que expor a nossa vontade, a vontade da população que nos elegeu. Compete a cada um de nós explanar da forma que quiser em suas redes sociais, essa é uma expressão da vontade nossa, como Parlamentares. Temos que fazer uma ordem cronológica desse Projeto, que teve um substitutivo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Para concluir. Teve um substitutivo, no qual o Deputado Goura inclusive defendeu o substitutivo dizendo que melhora o Projeto, posteriormente veio um veto de dois itens, o que compete a cada um dos Sr.^s Parlamentares analisar conforme a sua consciência e votei conforme a minha consciência e não me arrependo uma vírgula. *O choro é livre, a gritaria é livre*, não estou preocupado com isso, aqui vou explanar sempre a vontade do meu eleitor, do eleitor do sudoeste do Paraná e do Paraná, que me elegeu e me colocou aqui. Obrigado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado Guerra. E volto a dizer que talvez tenhamos, Deputado Marcel, definitivamente que fazer de uma forma absolutamente transparente, acredito que assinado por todos os Deputados, um Projeto de Lei que definitivamente deixe consignado de forma clara e muito transparente qual é a vontade da Assembleia Legislativa, se é pela manutenção do Veto, como já foi dito aqui, também que se expresse dentro de uma lei, para que não possa acontecer nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... não colocando em dúvida a palavra de quem já se manifestou aqui, no caso o Presidente da Assembleia. Mas, que não haja nenhuma dúvida que vamos ter na legislação, legalmente, algo que é a vontade do que já foi dito por todos os Deputados aqui. E, volto a dizer, Sr. Presidente, se alguém cometeu erro fui eu e não os companheiros que tenho a honra de liderar. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, só para deixar claro o seguinte, que não é possível no processo legislativo, na atual conjuntura, apresentar um novo Projeto de Lei para revogar dispositivos que não se tornaram lei. O único Projeto de Lei que seria possível de ser apresentado é para revogar a Lei n.º 21.052, que foi sancionada pelo Governador. Então, no mundo jurídico...

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Deputado Romanelli... Quero falar sobre isso, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Já lhe deixo. Estou usando a palavra. Quero dizer que não é possível esse argumento usado pelo Deputado Arruda, pelo Deputado Homero e agora pelo Deputado

Tadeu. Não é possível! Só se a Assembleia promulgasse, coisa que já foi decidido que não será promulgado e não será publicado. Na verdade foi para um arquivo morto aí, foi para um limbo jurídico. Então, é um tema que não adianta ficarmos insistindo sobre algo que não é juridicamente possível. Pois não, Deputado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Minha assessoria me informa aqui, Deputado Romanelli e Presidente da Casa, Deputado Traiano, que a sanção aconteceu, tem número da Lei inclusive, é a Lei n.º 11.181, já com as partes que foram vetadas presentes na lei e as partes que foram derrubadas aqui do Veto também não constam. Então, já tem número e a lei está em vigor, segundo o que a minha assessoria me informa aqui!

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Essa é a parte incontroversa da lei, Excelência! A única controvérsia é em relação aos Vetos, os Vetos que tratavam da questão da possibilidade, depois do licenciamento concedido por órgão ambiental, de o Estado do Paraná receber resíduos sólidos urbanos e industriais classe 1 e 2 nos aterros sanitários regularmente licenciados.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Não, Deputado Romanelli. A lei está publicada, mantidos exatamente aqueles dois pontos que foram vetados...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, Deputado.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Está vetado, Excelência. Na lei, se o senhor ler a lei, o senhor vai ver que está vetado o parágrafo único e o outro dispositivo. Estão vetados, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, acho que até é prudente que esta Presidência se pronuncie em relação à sua fala. Em nenhum momento alguém quis expor a imagem de Parlamentar. O que a Mesa procurou tornar público é aquilo que já era de conhecimento de todos. O Deputado Goura e o Deputado Arilson, com o devido respeito, encaminharam o Projeto. A imagem de todos os Deputados foi exposta, queira ou não queira as mídias, com toda a clareza, quem votou a favor e quem votou

contra. Eu mesmo presenciei isso, a Deputada Luciana também acabou aparecendo na televisão como Parlamentar que votou favoravelmente ao substitutivo e tantos outros. Então, aí não tem o objetivo e o cunho de querer prejudicar este ou aquele Deputado, porque a decisão foi de colegiado, todos votaram no substitutivo. A discussão é no Veto! Mas o substitutivo houve decisão unânime de todos os Deputados. Então, acho que isso não depõe contra a imagem de quem votou. Aqui todo mundo tem posição, aqui todo mundo é dono do seu voto, portanto acho que não vejo nada que possa prejudicar a imagem do Deputado Arilson, que é um grande Parlamentar, que respeitamos pela sua postura, sua clareza em tudo o que faz. Da mesma forma tenho respeito pelo Deputado Goura, mas naquele momento, em nome de todo o colegiado, precisávamos explicar que o voto foi unânime de todos, em relação ao substitutivo geral, para que alguns poucos não pagassem a conta. À verdade é essa. Espero que Vossa Excelência tenha essa compreensão. Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, nobres Deputados e Deputadas, não tenho como também não falar sobre o Projeto, o PL-67/2022, que acabou virando lei, conforme nos coloca aqui o Deputado Evandro Araújo. O senhor sabe que nutro respeito e consideração por Vossa Excelência, enquanto Presidente da Casa. Hoje pela manhã coloquei a minha opinião sobre a Assembleia ter emitido nota. Verdade, sim, votei pelo substitutivo e vou explicar, aqui, inclusive, o voto da Oposição. Mas o formato dado na nota pela Mesa da Casa tem outras conotações possíveis ao se ler. Não acho que a Assembleia tem que fazer nota, colocando o nome de “A” ou “B” explicando isso. À verdade, Presidente, parece que houve um posicionamento, mas entendo que com o Ato da Assembleia não promulgar, estamos fazendo uma coisa muito positiva para o Estado do Paraná. Aqui, com os Deputados da Oposição, resolvemos fazer uma nota, que narra, inclusive, a cronologia do devido processo legal que ocorreu aqui dentro da Casa. Nota dos Deputados da Oposição sobre a votação do PL-67/2022. “Sobre a votação do Projeto de Lei 67/2022, na Assembleia Legislativa, a Bancada da Oposição informa: Votou contra o PL na primeira discussão, no dia 30 de março, obtendo oito votos contrários, considerando a inconstitucionalidade formal e matéria da

proposição. Votou contra o pedido de regime de urgência, que acelerou a tramitação da proposta e prejudicou o devido processo legislativo e a melhor participação da sociedade paranaense. Apresentou emenda propondo a supressão de oito artigos do texto original, dos artigos 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 14, no dia 4 de abril, de forma a excluir disposições que continham impacto ambiental. Inclusive, propondo a exclusão dos dois dispositivos que acabaram sendo vetados pelo Poder Executivo, nos artigos 9.º e 12.º. Ou seja, o Governo veta aquilo que a Oposição não conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça. Considerando que a emenda apresentada pela Bancada motivou uma subemenda substitutiva geral, que sanou a maioria dos vícios levantados pela Oposição e pelas instituições que apresentavam Notas Técnicas, a Bancada optou pelo voto favorável em segunda discussão e redação final, que ocorreram, respectivamente, nos dias 26 e 27 de abril. Votou ainda pela manutenção do veto do Governador, por entender que o voto aos dois dispositivos, que autorizam o Estado a receber resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, incluindo resíduos tóxicos e permite a destinação de resíduos inflamáveis para aterros industriais, sem a devida recuperação energética, torna a legislação aprovada mais protetiva ao meio ambiente, inclusive, com fundamento legal e norma do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sema, informação que não foi incluída no processo legislativo. Ou seja, a exposição de motivos do veto do Governador vem com um fato novo. Da mesma forma, durante a tramitação do PL, não houve manifestação técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sedest, que no mesmo foi consultada, formalmente, mediante o Ofício n.º 14/2022, de 16 de março, não manifestou opinião durante o processo e discussão do Projeto.” A Oposição, Presidente, considera positiva a decisão da Assembleia anunciada nessa segunda-feira de não promulgar e nem publicar os dispositivos vetados pelo Poder Executivo, tornando sem efeito o veto derrubado. Assinam a nota: Arilson Chiorato – PT, Deputado Goura – PDT, Deputada Luciana Rafagnin – PT, Professor Lemos – PT, Requião Filho – PT e Deputado Tadeu Veneri – PT. Presidente, creio que avança, ao tempo em que se esclarecem os fatos. Tivemos a nossa motivação para votar, durante a segunda discussão, a melhoria que ocorreu naquele momento sobre o Projeto, uma vez que já éramos votos vencidos na Comissão de Constituição e Justiça

e optamos em reduzir os danos ao Projeto, ou seja, apresentamos oito emendas. Inclusive, duas emendas nossas não aprovadas foram o veto do Governador. Por isso, esse esclarecimento é essencial para que fique clara a nossa posição. Mais uma vez friso, a nota que saiu anteriormente da Assembleia deixava clara uma situação até embaraçosa para a Oposição, por conta da forma que foi redigida. Não estou dizendo que exista má-fé, Presidente. Estou dizendo que o ocorrido daquela versão colocada não ajuda o debate aqui dentro e a Oposição. Com os meus devidos respeitos, gostaria que o senhor registrasse isso e que a próxima vez que pudéssemos debater as notas pela Casa. Obrigado.

Deputado Goura (PDT): Deputado Arilson, um aparte, por gentileza?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não.

Deputado Goura (PDT): Só queria cumprimentar e agradecer a Vossa Excelência, à liderança que o senhor exerce e também agradecer ao Deputado Tadeu Veneri pelas palavras colocadas. Creio que também chegamos aqui hoje, Sr. Presidente, Deputado Romanelli, 1.º Secretário, o processo legislativo é complexo, é contraditório, existem várias questões que são colocadas. O que queria destacar de positivo, Sr.º Deputados, Deputado Marcel, estamos falando de um problema muito grave, que é o problema dos aterros, o problema da destinação dos resíduos sólidos no Estado do Paraná e temos dados que são assim preocupantes. Aos Deputados que atuam na região do litoral, Deputado Nelson Justus, Galo e outros, temos uma situação calamitosa no aterro em Paranaguá, que atende aos cinco municípios: Paranaguá, Matinhos, Pontal, Morretes e Antonina. Guaratuba tem um aterro cuja vida útil já está também chegando ao fim e a situação de Guaraqueçaba, nem se fala. A situação de Guaraqueçaba é periclitante. Então, queria dizer, Sr. Presidente, que temos essa obrigação da discussão séria, sobre temas de máxima importância para o povo paranaense. A Comissão de Meio Ambiente faz o seu papel, que é o papel de chamar a atenção da sociedade, de buscar o debate. Chamamos a manifestação dos órgãos que foram mencionados. Aqui, o dado, Deputado Arilson, segundo o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, o Paraná possui 172 unidades de disposição final de resíduos, das quais 45% são adequadas,

aterro sanitário, e 55% ainda são inadequadas, são aterros controlados ou lixões. Então, é muito bom que esse tema tenha ganhado essa visibilidade, que a imprensa olhou para o que está acontecendo, porque a sociedade se manifestou que não gostaria que o Estado do Paraná recebesse resíduos de outros estados. Então, parabênzo o Sr. Presidente, porque acho um desfecho positivo, ainda que talvez precário, em termos jurídicos, como foi apontado por alguns Parlamentares. Temos, sim, senão a possibilidade de um Projeto de Lei, que revogue caso haja sanção ao artigo mencionado, de estabelecer um novo Projeto de Lei, Deputado Reichembach, que crie uma legislação ainda mais protetiva e que explicita a restrição aqui já expressa com a vontade dos paranaenses. Então, só queria deixar esse registro. Obrigado, Deputado Arilson e seguimos juntos.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): *Pela ordem*, Presidente. Deputada Mabel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Queria fazer o registro de uma nota de pesar da Sr.^a Glauro Barbosa Pinto, ela que foi Ex-Primeira Dama de Ponta Grossa, faleceu no dia de hoje aos 98 anos, fundadora do Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa, SOS, e também do Grupo Reviver, que atende a pessoas com Aids. Então, queremos registrar com muito pesar. Ela que foi uma benemérita da nossa cidade e ajudou tantas pessoas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nossas condolências à família, em nome do Poder Legislativo, Deputada. Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Não tenho como deixar de fazer também aqui as minhas considerações sobre esse tema. E, por amor ao debate, acho importante ressaltar a importância, a clareza, a racionalidade, o espírito público, mas, acima de tudo, a prudência da Assembleia Legislativa, hoje todos juntos, Oposição, com a Situação, de fazer esse grande debate e entender que esses

dois artigos que foram vetados pelo Governador era prudente fazermos uma análise ainda mais profunda para que a sociedade paranaense, a nossa própria Casa, pudesse olhar com um foco um pouco mais técnico, e não como foi ventilado na imprensa estadual. Jamais aqui iríamos e pretendíamos fazer algo que pudesse prejudicar na maneira que o jornalismo de algumas televisões ou rádios colocou, não foi e nunca seria prudente da nossa Casa e daqui dos Deputados fazer algo que pudesse prejudicar o Estado do Paraná. Esse tema precisa ser debatido, como disse aqui o Deputado Goura. Acho que a Casa mostrou e oportunizou à sociedade paranaense, para que, conosco, possamos começar a falar mais sobre esse assunto, um assunto relevante, um assunto importante que pode gerar também oportunidades para o Estado, e ao mesmo tempo termos segurança para não prejudicar o nosso Estado do Paraná. Vejo isso aqui aquilo que aconteceu lá atrás com o código florestal, que foi depois amplamente debatido e que chegaram a um consenso e construíram um Projeto que era interessante para o Brasil, e não podemos fugir, nesse sentido, desse tema aqui no Estado do Paraná. Eu que fui Prefeito, sei das demandas, das angústias dos pequenos municípios, que precisam sair dos seus lixões, fazerem os seus aterros sanitários, e que muitas vezes têm dificuldades financeiras para fazer isso sozinho, e podemos, por meio de um grande debate, construir os consórcios para que se possa ajudar a eliminar esses grandes lixões que temos ainda ativos no Paraná e no Brasil. Então, vejo que esta Casa foi muito responsável de tomar essa decisão coletiva entre Oposição e Situação de colocar esse ponto de interrogação na cabeça do povo paranaense. Mas principalmente o que mais queremos é que o jornalismo, que as televisões, que as rádios sejam prudentes em seus comentários, porque muitas vezes jogam o nosso Estado do Paraná para baixo, sendo tendenciosos com os seus comentários, e muitas vezes não se aprofundaram em um tema que estávamos levando para o campo técnico e vimos que foi para outro campo, e que gerou todo esse trauma. Então, quero aqui mais uma vez parabenizar a Casa, porque hoje tivemos sabedoria, tivemos maturidade de descer dois degraus para que a sociedade possa se aprofundar ainda mais e principalmente aqui faço um apelo ao nosso jornalismo do Estado do Paraná, para que tenha cuidado muitas vezes com os comentários, que são tendenciosos, que podem prejudicar o Estado. Aqui temos que fazer essa

reflexão. O tema ambiental é importante, mas o lixo também é importante para resolvermos problemas de pequenos municípios, e municípios que são divisa de Estado e que podem gerar soluções principalmente ambientais. Então, quero aqui ressaltar que por meio desse debate caloroso que tivemos, e por amor ao debate, acho que foi importante o raciocínio, o equilíbrio que tivemos hoje, principalmente pelo chamamento da Mesa com a Oposição e a Situação, para que possamos, em um futuro próximo, aprofundar esse debate. E as entidades, conhecedoras desse tema, estiveram aqui hoje na Casa, e com muitas boas contribuições para que possamos, na sequência, continuar debatendo esse tema importante para o Estado do Paraná. E creio que o melhor encaminhamento foi o que hoje a Mesa fez, voltando dois passos, para que possamos conversar com a sociedade paranaense, mas buscar esse entendimento importante de resolver esse problema do lixo do nosso Estado. Então, quero agradecer à Presidência, à Mesa, e aos Deputados da Oposição e da Situação, que estão sendo maduros em um tema importante e que temos que sempre debater. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel*

Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) (52 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Jonas Guimarães (PSD) e Tião Medeiros (PP) (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 364/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o cordão de girassol como símbolo e instrumento auxiliar na identificação de pessoa com deficiência oculta no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 365/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Itaúna – Assentamento Bento Miranda; **Autuado sob o n.º 366/2022**, do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Pedro Ribeiro Barbosa.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 6/2022**, da Comissão Executiva, que homologa os Decretos do Poder Executivo n.ºs 11.571, 11.572, 11.573, 11.574, 11.575 e 11.576, que alteram o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais, Sr.^s Deputados.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 351/2019, de autoria da Deputada Mabel Canto e do Deputado Soldado Fruet, que obriga as concessionárias prestadoras de serviços de telecomunicação a dispensar o usuário do pagamento de multa fidelidade quando a rescisão contratual se der em razão da perda de vínculo empregatício, e dá outras providências.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 656/2020, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato, Luiz Claudio Romanelli, Requião Filho e Tadeu Veneri, que altera a Lei n.º 12.342, de 24 de setembro de 1998, que institui o Dia do Agente Penitenciário.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 504/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards (T18), a ser realizado anualmente em 6 de maio, no Estado do Paraná.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados.**

ITEM 4 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 423/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Entre Rios Noroeste. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Turismo. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Delegado Fernando,

Douglas Fabrício, Marcio Nunes, Nelson Justus, Paulo Litro, Soldado Adriano José e Tiago Amaral.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Meu voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Nelson Justus, Paulo Litro, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral. Quatro e quatro votos, com o voto do Deputado Marcio Nunes. Está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 263/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Promoção à Saúde Mental nas Escolas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Educação. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda substitutiva geral com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto a subemenda substitutiva geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*” à subemenda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Artagão, Douglas Fabrício, Paulo Litro, Reichembach e Soldado Fruet.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, meu voto é “*sim*”. Estou me acertando aqui na máquina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado Luiz Carlos. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Reichembach e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda. Quarenta e seis votos, com o voto do Deputado Luiz Carlos Martins. Está aprovada a subemenda.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 360/2021, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Cantora Mara Lima, Galo e Maria Victória, que dispõe sobre o atendimento à mulher com deficiência auditiva vítima de violência doméstica e familiar. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão e Saúde Pública, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, na verdade já havia, durante a minha fala na tribuna, feito encaminhamento, a importância desse Projeto, mas gostaria de registrar aqui que, neste momento, o nosso pessoal aqui da Assembleia que trabalha na *TV Assembleia*, os intérpretes de Libras estão acompanhando de forma muito feliz a votação desse Projeto. Agradeço, novamente, à Liderança do Governo pela construção. Não estamos beneficiando só as mulheres surdas vítimas da violência, mas toda a comunidade que terá acesso a esse direito que é tão importante nas repartições públicas do nosso Estado, serem, realmente ouvidas, nem que seja em Libras. Então, só gostaria de fazer esse registro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Maria Victória, seu voto. Deputado Tadeu. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Del.

Fernando Martins, Jonas Guimarães, Nelson Justus e Tião Medeiros (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 424/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Rio Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Turismo. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Nelson Justus e Tião Medeiros (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 746/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 239/2021, que cria o Quadro de Oficiais de

Administração (QOA) na polícia militar e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Regime de urgência. **O Item 8, esta Presidência retira de ofício.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 478/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini, Tiago Amaral, Goura, Evandro Araújo e Cobra Repórter, que altera a Lei n.º 20.673, de 27 de agosto de 2021, que institui o Circuito Cicloturístico Rota Norte Pé Vermelho. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Jonas Guimarães, Nelson Justus, Soldado Fruet e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 478/2021.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 748/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia da Conscientização sobre a

Epidermólise Bolhosa (EB), a ser celebrado anualmente no dia 25 de outubro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*. O Deputado Galo estava com dúvida o que é a Epidermólise Bolhosa. Também não soube explicar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli dará as explicações técnicas e científicas a Vossas Excelências.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É uma doença genética, Deputado Amaro, Deputado Galo. É uma doença genética hereditária rara, é verdade, e que provoca formação de bolhas na pele por conta de mínimos atritos ou qualquer tipo de fricção ou traumas e se manifesta já no nascimento da pessoa. Então, a conscientização dessa doença é uma forma de poder, de fato, embora seja rara, há pessoas que efetivamente demandam e que precisam de cuidados especiais.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Goura, Plauto Miró e Reichembach. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto,*

*Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Nelson Justus e Tião Medeiros (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 748/2021.**

ITEM 11 – 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 5/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri, Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Luciana Rafagnin e Maria Victória e dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Boca Aberta Junior, Anibelli Neto, Goura, Marcio Nunes, Michele Caputo, Douglas Fabrício, Arilson Chiorato, Professor Lemos e Nereu Moura, que altera os artigos 12, 16, 19 e 22 do Regimento Interno e cria a Bancada Feminina na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão Executiva. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Ainda pendentes os votos dos Deputados Paulo Litro, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri. Estou encerrando a votação. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes,

*Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); **Votou Não:** Homero Marchese (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Nelson Justus, Paulo Litro, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 5/2022.** Parabéns, Sr.^{as} Deputadas.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2534/2022, do Deputado Plauto Miró, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Envia-se como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, **será encaminhado como envio de expediente.**

Há outros requerimentos. **Requerimento n.º 2555/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Adia-se na forma regimental.**

Requerimento n.º 2576/2022, do Deputado Tiago Amaral, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Deputado Homero: **Requerimento n.º 2577/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, conforme especifica; e **Requerimento n.º 2580/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiados na forma regimental. Todos adiados na forma Regimental.

Requerimento n.º 2603/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, acerca de todos os contratos firmados entre o Estado e o Consórcio Dalba.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Da mesma forma, adia-se na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2547/2022, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o envio de expediente ao Delegado-Geral da Polícia Civil, Sr. Sílvio Jacob Rockembach, requerendo o aumento de vagas e horários disponíveis para agendamento on-line, para realizar a 1.^a via da Carteira de Identidade, no município de Paranaguá; **Requerimento n.º 2548/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor ao Sr. Jorge Rene Pelegrini Maldonado; **Requerimentos n.ºs 2549 a 2552, 2558 a 2560, 2562 a 2570 e 2581 a 2601/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de

pesar à família pelo falecimento de: Maria Glaci da Silva; Clairton Antônio Justino dos Passos; Manoel Rodrigues da Luz; José Nelson Cruz; Anita Antunes Rein; Irene Stremel de Almeida; Celso Auer; Hamilton José Otto; Jacob Hass; José Wilson Neves; Paulo Amélio Ferreira; Maria Abegail Lauer; Nair Pereira de Lima; Rosilda de Souza Gonçalves; Casemiro Przepiura; Lauro Pinheiro de Assis; Tsueko Kikuchi Ueno; Maria Eli Ribeiro; Isabel Koziel; Cleusa Maria Sardinha; Leonora Lisboa Pereira; Iolanda Ribeiro; Helena Justus; Valderéz Ferreira Pontes; Josefa Grubel Wlodarski; Iracema Gaspareto Bueno; Paulo Roberto de Jesus; Daniel Rufino de Souza; Cesar Augusto Martins; Antônio José Isaias; Palmeiron Soares de Moura; Osvaldo do Nascimento e Silva; Marcos Henrique Barbosa; João Mariano Soares; Alfredo Gunter Meierjunger; Airton Rodrigues dos Santos; e Reni da Silva Falcão; **Requerimento n.º 2553/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa ao Instituto União para a Vitória, pelos brilhantes serviços de assistência humanitária às crianças, adolescentes e famílias do bairro Jardim União da Vitória e região, na cidade de Londrina; **Requerimento n.º 2554/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo esclarecimentos sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Paraná - SPSM/PR, sob o protocolo n.º 17.697-4; **Requerimento n.º 2557/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Angelina Junqueira Ramiro; **Requerimento n.º 2561/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Orlando Sanchez; **Requerimento n.º 2571/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de congratulações e moção de aplausos ao Sr. José Alfredo da Silva, que, em um ato de heroísmo, salvou uma criança de 10 anos que sofreu uma descarga elétrica enquanto empinava uma pipa; **Requerimento n.º 2578/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a remoção/leilão dos veículos apreendidos no município de Guaíra; **Requerimento n.º 2579/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Dr. Orlando Sanchez, de Ivaiporã; **Requerimento n.º 2602/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o envio de expediente ao Diretor Presidente da Viapar, Sr. José Camilo Teixeira Carvalho, requerendo

informações acerca das obras do Contorno de Arapongas; **Requerimento n.º 2604/2022**, das Deputadas Cristina Silvestri, Cantora Mara Lima, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, manifestando apoio ao nome da Promotora de Justiça Karina Faria de Moura Cordeiro para o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2556/2022, dos Deputados Márcio Pacheco e Soldado Adriano José, requerendo a inclusão do Deputado Márcio Pacheco como coautor do Projeto de Lei n.º 173/2020, de autoria do Deputado Soldado Adriano José; **Requerimento n.º 2575/2022**, dos Deputados Requião Filho, Arilson Chiorato, Mabel Canto, Maria Victória, Jonas Guimarães, Homero Marchese e Coronel Lee, requerendo a inclusão dos Deputados Arilson Chiorato, Mabel Canto, Maria Victória, Jonas Guimarães, Homero Marchese e Coronel Lee como coautores do Projeto de Lei n.º 628/2017, de autoria do Deputado Requião Filho.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2572/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2573/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2574/2022**, do Deputado Plauto Miró, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5 e 6 de julho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outras duas para amanhã, a primeira a Sessão normal de terça-feira e a antecipada da quarta-feira, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária:** 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 263/2021, 360/2021 e 424/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei

n.ºs 21/2019, 409/2020, 478/2021, 748/2021, 89/2022 e 328/2022 e do Projeto de Resolução n.º 5/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 619/2021, 689/2021, 262/2022, 343/2022, 352/2022 e 353/2022; **2.ª Sessão Ordinária, antecipada de quarta-feira:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 263/2021; 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 21/2019 e 409/2020 e do Projeto de Resolução n.º 5/2022; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 619/2021, 689/2021, 262/2022, 343/2022, 352/2022 e 353/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 641/2019.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h31, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)